

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Senhores Colistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Brasil Administradora de Consórcios Ltda., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

## Patrimônio Líquido e Resultado

Em 30 de junho de 2020, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$535 milhões (31/12/2019 - R\$425 milhões). O Lucro líquido apresentado no semestre foi de R\$110 milhões (30/06/2019 - R\$97 milhões).

## Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2020, os ativos totais atingiram R\$619 milhões (31/12/2019 - R\$539 milhões). Desse montante destacamos R\$583 milhões de Títulos e Valores Mobiliários (31/12/2019 - R\$509 milhões).

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2020	31/12/2019		Nota	30/06/2020	31/12/2019
<b>Ativo Circulante</b>		<b>594.659</b>	<b>517.309</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>79.208</b>	<b>108.640</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4 & 12.c	358	406	<b>Outras Obrigações</b>		<b>79.208</b>	<b>108.640</b>
Títulos e Valores Mobiliários	6	582.756	508.402	Fiscais e Previdenciárias	7.b	41.517	67.600
Carteira Própria		582.756	508.402	Diversas	9	37.691	41.040
<b>Outros Créditos</b>		<b>11.545</b>	<b>8.501</b>	<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>		<b>5.494</b>	<b>4.944</b>
Renditas a Receber		11.398	8.356	<b>Outras Obrigações</b>		<b>5.494</b>	<b>4.944</b>
Diversos	8	147	145	Fiscais e Previdenciárias	7.b	3.054	1.543
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>24.560</b>	<b>21.231</b>	Diversas	9	2.440	3.401
Títulos e Valores Mobiliários	6	713	700	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>11</b>	<b>534.517</b>	<b>424.956</b>
Carteira Própria		713	700	Capital Social:			
<b>Outros Créditos</b>		<b>23.847</b>	<b>20.531</b>	De Domiciliados no País		238.886	238.886
Créditos Tributários	7.a	1.341	1.035	Reservas de Capital		1.869	1.869
Diversos	8	22.506	19.496	Reservas de Lucros		293.762	184.201
<b>Permanente</b>		<b>-</b>	<b>-</b>				
<b>Imobilizado de Uso</b>		<b>-</b>	<b>-</b>				
Outras Imobilizações de Uso		292	292				
Depreciações Acumuladas		(292)	(292)				
<b>Intangível</b>		<b>-</b>	<b>-</b>				
Outros Ativos Intangíveis		285	285				
(Amortizações Acumuladas)		(285)	(285)				
<b>Total do Ativo</b>		<b>619.219</b>	<b>538.540</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>619.219</b>	<b>538.540</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
	<b>95.349</b>	-	<b>1.869</b>	<b>19.069</b>	-	<b>318.114</b>
	-	79.537	-	(79.537)	-	-
	-	-	-	-	96.622	96.622
	-	-	-	(46.012)	-	(46.012)
11.c	-	-	-	4.832	(4.832)	-
11.c	-	-	-	45.895	(45.895)	-
	<b>95.349</b>	<b>79.537</b>	<b>1.869</b>	<b>23.901</b>	<b>168.068</b>	<b>368.724</b>
	-	<b>79.537</b>	-	<b>4.832</b>	<b>(33.759)</b>	<b>50.610</b>
	<b>238.885</b>	-	<b>1.869</b>	<b>29.212</b>	<b>154.990</b>	<b>424.956</b>
	-	-	-	-	109.560	109.560
	-	-	-	5.478	(5.478)	-
11.c	-	-	-	52.041	(52.041)	-
11.c	-	-	-	52.041	(52.041)	-
	<b>238.885</b>	-	<b>1.869</b>	<b>34.690</b>	<b>259.072</b>	<b>534.517</b>
	-	-	-	<b>5.478</b>	-	<b>109.560</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	30/06/2020	31/12/2019
<b>Ativo Circulante/Realizável a Longo Prazo</b>	<b>2.470.454</b>	<b>1.836.688</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>45.692</b>	<b>1.530</b>
<b>Aplicações Financeiras</b>	<b>826.033</b>	<b>502.756</b>
<b>Outros Créditos</b>	<b>1.598.729</b>	<b>1.332.402</b>
Valor Contábil dos Bens Retomados ou Devolvidos	1.497	1.239
Direitos junto a Consorciados Contemplados	1.597.232	1.331.163
<b>Compensação</b>	<b>18.134.391</b>	<b>15.850.498</b>
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	117.815	99.159
Contribuições Devidas ao Grupo	9.376.264	8.178.301
Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar	8.640.312	7.573.038
<b>Total do Ativo e Compensação</b>	<b>20.604.845</b>	<b>17.687.186</b>
<b>Passivo Circulante/Exigível a Longo Prazo</b>	<b>2.470.454</b>	<b>1.990.256</b>
<b>Outras Obrigações</b>	<b>2.470.454</b>	<b>1.990.256</b>
Obrigações com Consorciados	1.185.292	1.008.907
Outras Repassadas	56.923	46.018
Obrigações por Contemplações a Entregar	674.951	500.337
Recursos a Devolver a Consorciados	415.401	318.642
Recursos do Grupo	137.887	116.352
<b>Compensação</b>	<b>18.134.391</b>	<b>15.850.498</b>
Recursos Mensais a Receber de Consorciados	117.815	99.159
Obrigações do Grupo por Contribuições	9.376.264	8.178.301
Bens ou Serviços a Contemplar	8.640.312	7.573.038
<b>Total do Passivo e Compensação</b>	<b>20.604.845</b>	<b>17.840.754</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial</b>	<b>657.854</b>	<b>420.519</b>
Depósitos Bancários	589	162
Aplicações Financeiras	657.265	420.357
<b>(+) Recursos Coletados</b>	<b>1.235.839</b>	<b>961.425</b>
Contribuições para Aquisição de Bens	971.652	738.008
Taxa de Administração	178.711	153.679
Contribuições ao Fundo de Reserva	41.455	31.760
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.722	8.474
Multas e Juros Moratórios	2.939	1.456
Prêmios de Seguros	15.017	9.850
Outros	23.343	18.198
<b>(-) Recursos Utilizados</b>	<b>1.021.968</b>	<b>877.658</b>
Aquisição de Bens	780.711	659.031
Taxa de Administração	180.124	158.367
Multas e Juros Moratórios	1.451	732
Prêmios de Seguros Pagos	14.793	9.966
Devolução a Consorciados Desligados	2.273	4.736
Outros	43.156	44.826
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa Final</b>	<b>871.725</b>	<b>504.286</b>
Depósitos Bancários	45.692	1.530
Aplicações Financeiras	826.033	502.756

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- Contexto Operacional**  
A Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcios), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), atua no mercado de consórcio, regimento pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e tem como objetivo a constituição, organização e administração de grupos de consórcios de bens móveis e imóveis e em quaisquer das modalidades permitidas pela legislação e vigentes. As operações da Santander Brasil Consórcios são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.
- Apresentação das Demonstrações Financeiras**  
As demonstrações financeiras da Santander Brasil Consórcios, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e outras normas específicas para as administradoras de consórcio. As operações dos grupos de consórcio são registradas em contas de compensação da administradora e controladas individualmente por grupo de consórcio. A posição patrimonial e financeira desses grupos de consórcio e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e demonstrações das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio. As Demonstrações Consolidadas dos Recursos de Consórcio e das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consórcios foram elaboradas conforme as Circulares Bacen 3.950/19 e 3.959/19. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A resolução CMN nº 4.720/2019 e a Circular Bacen nº 3.959/2019 estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras com vigência a partir de janeiro/2020, incluindo: a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente e que o Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior. As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2020, foram autorizadas pelos Administradores na reunião realizada em 27 de agosto de 2020.
- Principais Políticas Contábeis**
  - Administradora**
    - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**  
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Brasil Consórcios.
    - Apuração do Resultado**  
A receita relativa à taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida a partir da primeira Assembleia do Grupo para a primeira parcela e taxa de adesão e posteriormente nos recebimentos mensais, ambas registradas em receitas de prestação de serviços. As despesas de comissões de venda das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião da venda e registradas em outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência que considera os rendimentos, encargos e variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre os ativos e passivos atualizados até a data do balanço.
    - Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo**  
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.
    - Caixa e Equivalentes de Caixa**  
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com reversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.
    - Títulos e Valores Mobiliários**  
a) Carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:  
I - títulos para negociação;  
II - títulos disponíveis para venda; e  
III - títulos mantidos até o vencimento.  
Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida.  
(1) da adequação conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, o montante relativo a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação;  
(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.  
Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.  
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.
    - Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)**  
A Resolução CMN nº 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015) dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:  
a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;  
b) Instrumentos financeiros derivativos, conforme a Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e  
c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464, de 26 de junho de 2007.  
De acordo com esta Resolução, a Santander Brasil Consórcios passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.  
Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.  
A Santander Brasil Consórcios classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:  
Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados.  
Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsa de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Canaveável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreçamento dos instrumentos financeiros mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, a Santander Brasil Consórcios utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez. Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

Os instrumentos financeiros da Santander Brasil Consórcios avaliados e registrados pelo seu valor justo são substancialmente precificados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos e para instrumentos idênticos (nível 1) ou tem sua precificação derivada de inputs observáveis como importante referência (nível 2). Para os instrumentos financeiros não-mensurados pelo seu valor justo, não há diferenças significativas entre este e o valor contábil pelo qual estão registrados.

## g) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

## g.1) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

## g.2) Intangível

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de locais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

## h) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A Santander Brasil Consórcios é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e com base nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo o risco de perda seja possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis a Santander Brasil Consórcios, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impletar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

## j) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (1,65%) e a Cofins (7,60%) são calculados pelo regime não cumulativo e são registradas em despesas tributárias. As Receitas Financeiras são tributadas às alíquotas de 0,65% (PIS) e 4,0% (Cofins).

## j) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O imposto do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente a R\$240, R\$120 no semestre, e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 7.a.2, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

## k) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das informações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

## l) Juros sobre Capital Próprio

Publicada em 19 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, a Resolução CMN nº 4.706 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A Norma delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprimento esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

## m) Pagamentos e Antecipações baseados nos Resultados

Resolução CMN nº 4.797 foi revogada, e substituída pela Resolução CMN nº 4820, a qual vigorou a partir de 29 de maio de 2020 e determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil fiquem vedadas até 31 de dezembro de 2020 de:

- remunerar o capital próprio, inclusive sob a forma de antecipação, acima do:
  - montante equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedade por ações;
  - montante equivalente à distribuição mínima de lucro estabelecida no contrato social no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedades limitadas;
  - recomprar ações próprias (seja permitida apenas se por meio de bolsas ou de mercado de balcão organizado, até o limite de 5% (cinco por cento) das ações emitidas, ali incluídas as ações contabilizadas em tesouraria na entrada em vigor desta Resolução);
  - reduzir o capital social, com exceção aos casos que for obrigatória, na forma da legislação de regência ou quando aprovada pelo Banco Central;
  - aumentar quaisquer remunerações, fixa ou variável, de diretores e membros do conselho de administração, no caso das sociedades anônimas, e dos administradores, no caso de sociedades limitadas;

não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadramos como serviços de auditoria independente.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O registro contábil dos créditos tributários nas demonstrações contábeis do Santander Brasil Consórcios foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 3.059/2002, com as alterações da Resolução CMN nº 4.441/2015.

### a.2) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Diferenças Temporárias		30/06/2020
	IRPJ	CSLL	Total
2020	99	36	135
2021	199	72	271
2022	128	46	174
2023	168	60	228
2024 a 2029	392	141	533
<b>Total</b>	<b>986</b>	<b>355</b>	<b>1.341</b>

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

Com base na Resolução CMN 4.720 e a Circular BACEN 3.959, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. O saldo comparativo de 31 de dezembro de 2019 foi reclassificado para manter a comparabilidade.

### a.3) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$1.293 (31/12/2019 - R\$527), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, a taxa média de captação e outras obrigações, projetada para os períodos correspondentes.

### b) Fiscais e Previdenciárias

	30/06/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições a Pagar	44.571	69.143
<b>Total</b>	<b>44.571</b>	<b>69.143</b>

### c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>165.170</b>	<b>145.524</b>
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>165.170</b>	<b>145.524</b>
<b>Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 9% Respectivamente</b>	<b>(56.158)</b>	<b>(49.478)</b>
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(291)	(378)
Demais Ajustes	838	954
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(55.611)</b>	<b>(48.902)</b>

### d) Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Despesas com Cofins	15.954	14.158
Despesas com ISS	10.170	8.962
Despesas com PIS/Pasep	3.444	3.044
<b>Total</b>	<b>29.568</b>	<b>26.164</b>

### 8. Outros Créditos - Diversos

	30/06/2020	31/12/2019
Valores em Cobrança Judicial - Grupos Encerrados	2.440	2.518
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	291	276
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	169	80
Para Interposição de Recursos Cíveis	740	653
Títulos e Créditos a Receber <sup>(1)</sup>	5.985	5.226
Impostos a Compensar <sup>(2)</sup>	12.881	10.743
Outros	147	145
<b>Total</b>	<b>22.653</b>	<b>19.641</b>

<sup>(1)</sup> Composto por aportes feitos pela Administradora em grupos em andamento. A serem reembolsados pelos grupos, quando ocorrer o encerramento.

<sup>(2)</sup> Refere-se, principalmente, ao imposto de renda retido na fonte sobre o rendimento de aplicações financeiras e tributos e contribuições a restituir.

### 9. Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2020	31/12/2019
Recursos não Procurados - Grupos Encerrados	34.705	39.790
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 10.b) <sup>(1)</sup>	647	960
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos		
- Ações Cíveis (Nota 10.b)	2	2
Provisão para Valor Pendente de Recebimento Judicial	2.439	2.518
Provisão para Pagamentos a Efetuar	150	100
Estimativa de Perdas Operacionais na Administração de Consórcios	902	168
Outras	1.286	903
<b>Total</b>	<b>40.131</b>	<b>44.441</b>

<sup>(1)</sup> Conforme Carta-Circular 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais e Obrigações Legais" foi reclassificada de "Fiscais e Previdenciárias" para "Outras obrigações - Diversas".

### 10. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

#### a) Ativos Contingentes

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.g).

#### b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	30/06/2020	31/12/2019
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 9)	647	960
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos		
- Ações Cíveis (Nota 9)	2	2
<b>Total</b>	<b>649</b>	<b>962</b>

#### c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	30/06/2020		30/06/2019	
	Fiscais	Cíveis	Fiscais	Cíveis
<b>Saldo Inicial</b>	<b>960</b>	<b>2</b>	<b>950</b>	<b>2</b>
Constituição Líquida de Reversão <sup>(1)</sup>	(315)	1.029	212	1.357
Atualização Monetária	5	-	10	-
Baixas por Pagamentos	(3)	(1.029)	-	(1.357)
<b>Saldo Final</b>	<b>647</b>	<b>2</b>	<b>1.172</b>	<b>2</b>

<sup>(1)</sup> Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas/despesas operacionais e IR e CSLL.

### d) Provisões para Riscos Fiscais

**Auto de Infração (IRPJ)** - a Santander Brasil Consórcios discute em processo administrativo a cobrança supostamente indevida, pela Receita Federal, de IRPJ do período de 2008, em razão de divergência nas declarações apresentadas.

Em 30 de junho de 2020, esse processo totaliza aproximadamente R\$558.

### e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações relacionadas ao repasse de valores em atraso de cotas contempladas para os grupos já encerrados. As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

### f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias e Cíveis Classificadas como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados.

As ações com classificação de perda possível de natureza cível, totalizaram em R\$73 e de natureza fiscal, totalizaram em R\$4.627.

### 11. Patrimônio Líquido

#### a) Capital Social

O capital social, em 30 de junho de 2020, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 238.886 mil quotas, no valor nominal unitário de R\$1,00 (um real), todas de domiciliados no País (31/12/2019 - 238.886 mil quotas).

Os Administradores, em reunião realizada em 30 de abril de 2019, aprovaram o aumento de Capital no montante de R\$79.537 mediante a emissão de 79.537 mil novas quotas, passando o capital social do valor de R\$95.349 para R\$174.886, homologado pelo Bacen em 09 de agosto de 2019.

Os Administradores, em reunião realizada em 15 de agosto de 2019, aprovaram o aumento de Capital no montante de R\$64.000 mediante capitalização de reservas de lucros, com a distribuição de 64 milhões de novas quotas, passando o capital social do valor de R\$174.886 para R\$238.886, homologado pelo Bacen em 22 de novembro de 2019.

#### b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A distribuição dos lucros da Santander Brasil Consórcios é efetuada de acordo com a situação financeira da empresa e com a conveniência dos sócios na data de deliberação, podendo distribuir dividendos, segundo as regras descritas, por conta de lucros apurados em balanços intermediários ou intercalares.

A Resolução CMN N° 4820, de 29 de maio de 2020, veda que as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil paguem juros sobre o capital próprio e dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social, inclusive por antecipação, até 31 de dezembro de 2020. A norma também veda a redução do capital social, salvo em situações específicas e o aumento da remuneração de seus diretores, administradores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

#### c) Reservas

Conforme estabelecido no contrato social da Santander Brasil Consórcios, do saldo do lucro líquido apurado poderão ser deliberadas a formação de Reservas para Reforço do Capital de Giro e para Equalização de Dividendos.

#### Reserva para Reforço do Capital de Giro

Poderá ser destinado até 50% do saldo do lucro líquido apurado a título de Reserva para Reforço do Capital de Giro, com a finalidade de garantir meios financeiros para a operação da Sociedade.

#### Reserva para Equalização de Dividendos

Poderá ser destinado até 50% do saldo do lucro líquido apurado a título de Reserva para Equalização de Dividendos, com a finalidade de garantir recursos para a continuidade da distribuição semestral de dividendos.

Tais reservas deverão ser periodicamente capitalizadas para que o respectivo montante não ultrapasse o saldo do capital social da sociedade.

#### Reserva Legal

A Santander Brasil Administradora de Consórcios Ltda. adota, ainda, a Reserva Legal para assegurar a integridade do capital social, à qual são destinados 5% lucro líquido do exercício até alcançar o limite de 20% do capital social. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

#### Reservas de Capital

As reservas de capital são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

#### d) Excesso de Reservas

Em 30 de junho de 2020, as reservas da Santander Brasil Administradora de Consórcios Ltda. excederam 100% do Capital Social. Esta situação será adequada no segundo semestre de 2020.

### 12. Partes Relacionadas

#### a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Santander Brasil Consórcios é parte integrante do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander Brasil Consórcios não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019, não foram registradas despesas com honorários para a Administração.

#### b) Participação Acionária

A Santander Brasil Consórcios é controlada pelo Banco Santander que possui participação direta de 238.886 mil quotas, equivalentes a 100% do capital social, consolidada com a aquisição, em 30 de abril de 2020, de 37 quotas de emissão da Sociedade, anteriormente detidas pela Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A., pelo valor de R\$ 76,83 cujo pagamento foi realizado em 24 de junho de 2020. A transferência de quotas foi refletida na 55ª Alteração ao Contrato Social da Sociedade, a qual se encontra em processo de homologação perante o Banco Central.

#### c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações são as seguintes:

	30/06/2020 Ativos (Passivos)	30/06/2020 Receitas (Despesas)	30/06/2019 Ativos (Passivos)	30/06/2019 Receitas (Despesas)
<b>Disponibilidades (Nota 4)</b>	<b>358</b>	-	<b>129</b>	-
Banco Santander <sup>(1)</sup>	358	-	129	-
<b>Títulos e Valores Mobiliários<sup>(2)</sup> (Nota 6)</b>	<b>713</b>	<b>12</b>	<b>1.091</b>	<b>33</b>
Banco Santander <sup>(1)</sup>	713	12	1.091	33
<b>Rendas a Receber</b>	<b>1.063</b>	<b>9.560</b>	<b>1.805</b>	<b>7.532</b>
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	1.063	9.560	1.805	7.532
<b>Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota 14 e 16)</b>	<b>(530)</b>	<b>(10.518)</b>	<b>(350)</b>	<b>(9.176)</b>
Banco Santander <sup>(1)</sup>	(530)	(10.518)	(350)	(9.176)
<b>Despesas com Doações</b>	-	-	-	<b>(175)</b>
Santander Cultural	-	-	-	(175)

<sup>(1)</sup> Controlador da Santander Brasil Administradora de Consórcios (Nota 12.b).

<sup>(2)</sup> Composto por certificados de depósitos bancários - CDB, de emissão do Banco Santander.

### 13. Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Rendas de Administração de Grupo de Consórcio	193.840	165.429
Serviços Prestados a Consorciados	9.560	13.564
<b>Total</b>	<b>203.400</b>	<b>178.993</b>

### 14. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	4.056	4.283
Convênio Operacional Banco Santander (Nota 12.c)	7.940	7.047
Comunicações	5	10
Serviços do Sistema Financeiro	235	1.184
Outras	947	1.376
<b>Total</b>	<b>13.183</b>	<b>13.900</b>

### 15. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Recuperação de Perdas Operacionais na Administração de Consórcios <sup>(1)</sup>	7	185
Atualização Impostos a Compensar	1.510	1.850
Reversão de Provisão de Contingência - Fiscais	328	-
Reversão de Provisão - Outras	93	-
Atualização de Depósitos Judiciais	20	33
Recuperação de Encargos e Despesas	3.386	85
<b>Total</b>	<b>5.344</b>	<b>2.153</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se, principalmente a reversão de provisão para perda de operações com seguro de quebra de garantia.

### 16. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 10.c)	13	-
Cíveis (Nota 10.c)	1.029	1.597
Atualização Monetária de Processos Judiciais	5	11
Perdas Operacionais na Administração de Consórcios	169	96
Despesas com Registro de Contratos em Cartório	2.154	2.501
Comissões	4.277	3.963
Terceiros	1.699	1.835
Convênio Banco Santander (Nota 12.c)	2.578	2.128
Despesas de Atualização de Impostos	742	561
Riscos Operacionais na Administração de Consórcios	825	26
Outras	715	94
<b>Total</b>	<b>9.929</b>	<b>12.812</b>

### 17. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a Santander Brasil Consórcios aderiu ao Comitê de Auditoria Único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado e publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento do risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

c) A apuração do Índice de Basileia aplicado a Santander Brasil Consórcios é efetuada em conjunto com o Conglomerado Prudencial do Banco Santander.

Estas Informações Semestrais, no que tange ao Gerenciamento de Riscos de Crédito e Apuração do Índice de Basileia, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, referentes ao período em 30 de junho de 2020, disponíveis no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

d) Efetos da Pandemia - COVID-19

O Banco Santander Brasil S.A. ("Banco") Controlador da Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.) monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

O Banco mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a dispensa de funcionários do grupo de risco e intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do Covid-19 e (c) ao aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento.

O Governo Federal por meio do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, especificamente sobre operações de crédito, captação de recursos, redução de compulsório e aspectos relacionados a capital, tais como (a) medidas de facilitação das renegociações das operações de crédito sem que haja aumento dos provisionamentos, (b) redução dos requerimentos de capital, de forma a ampliar a capacidade de concessão de crédito do Sistema Financeiro e (c) redução das alíquotas do recolhimento compulsório, para melhorar as condições de liquidez.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

## ADMINISTRADORES

Amancio Acúrcio Gouveia

Wagner da Silva Rodrigues

Marcelo Augusto Dutra Labuto\*

\*Posse pendente de homologação do BACEN

## CONTADOR

Leonardo Santicioli CRC nº 1 SP 265213/O-3

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Cotistas

Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.

Opiniamos as demonstrações financeiras da Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações consolidadas de recursos de consórcios em 30 de junho de 2020 e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findos nessa mesma data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações consolidadas de recursos de consórcios em 30 de junho de 2020 e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo nessa mesma data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### Base para